

Doutrina conciliar e grandes textos do magistério

Manuel Linda*

Por motivos de uma mesa-redonda a respeito do Cônsul Aristides de Sousa Mendes, há anos, conheci um simpático judeu ortodoxo, daqueles que, para além do tradicional fato e chapéu pretos, usam *kippah* na cabeça, tranças na cara e levam consigo os tachos, pratos e garfos para confeccionarem a sua comida *khoser*, não vá o diabo tecê-las e deixarem-se contaminar com os incumprimentos de alguma regra mínima da lei mosaica. Pois, para além destes aspetos anedóticos, confesso que ele me confundiu quando me perguntou como entender a afirmação conciliar de que a única Igreja de Cristo “subsiste” (“*subsistit in*”) na Igreja Católica (LG 8). No meio de alguma dificuldade, lá lhe fui dizendo que, não obstante os erros e os pecados dos católicos, Deus assegura a fidelidade da Igreja, constituída por todos os que formam o Corpo Místico de Cristo, mediante o dom do Seu Espírito. Por isso, a verdadeira Igreja de Cristo subsiste, não pelas especiais prerrogativas dos católicos ou pelo seu comportamento irrepreensível, mas pelo desígnio fiel de Deus. É Deus quem garante que, na Igreja, a verdade continue verdade e que a fé se mantenha íntegra e autêntica¹.

* Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa.

¹ Cf. o importante estudo de FRANCIS SULLIVAN – In che senso la Chiesa di Cristo “sussiste” nella Chiesa cattolica romana?. In RENÉ LATOURELLE (a cura di), *Vaticano II: bilancio e prospettive venticinque anni dopo (1962-1987)*. Assisi: Cittadella, 1988², [vol. 2] 811-824.

Vem-me este episódio à mente na hora de intentar a exposição deste tema: doutrina conciliar e grandes textos do Magistério. Obviamente, também eu tenho de me interrogar se o Concílio Ecuménico Vaticano II foi fiel ao depósito da fé da Igreja e se essa mesma fé “subsiste” ou não, de maneira íntegra, nos documentos do Magistério que se lhe seguiram. Tentarei encontrar a resposta não à base de uma perspetiva histórica ou do confronto das formulações, mas na dimensão teológica, isto é, na captação do sistema doutrinal referente ao mistério de Deus e do homem e das grandes linhas de força com que a Igreja se repensa, bem como à sua forma de viver e propor a fé.

Creio que esta será a única forma possível de evitar um subjetivismo ou voluntarismo fáceis na hora de apreciar o Concílio: não falta quem parta de uma ideia preconcebida e, posteriormente, tente arranjar argumentos para a justificar. Não seguirei por essa via. Procurarei antes ver se se observa – e onde – o que os Padres afirmaram na Declaração sobre a Liberdade Religiosa: “Este Concílio Vaticano investiga a sagrada tradição e doutrina da Igreja, dos quais tira novos ensinamentos, sempre concordantes com os antigos” (DH 1). Só assim poderá ser “bússola para o século XXI” (*Novo millennio ineunte*, 57), de acordo com a conhecida e feliz expressão do Beato João Paulo II. Uma coisa é certa: o Concílio não teve por objetivo definir dogmas ou formular condenações, mas verter o anúncio da fé na linguagem do nosso tempo. Para usar uma síntese afortunada desse grande teólogo que foi Karl Rhaner, tal como a idade apostólica operou a passagem do judeo-cristianismo para o pagano-cristianismo – fundamentalmente, pelo uso das culturas grega e romana –, também, no nosso tempo, o Concílio, sob a moção do Espírito de Deus, foi chamado a fazer a migração para um kairótico-cristianismo, através de uma cristologia na qual o homem contemporâneo compreenda a sua antropologia, a dignidade que o constitui e a sua vocação sublime à comunhão com Deus. Nisto consiste o tão referido «*aggiornamento*» que o Bom Papa João lhe indicou como objetivo. Refletirei sobre isto nos vários pontos que se seguem.

1. Uma questão de hermenêutica

Sabemos que, mal se encerrou o Concílio, começaram imediatamente as dissensões a respeito da forma de o interpretar. Uns acentuavam as grandes perspetivas doutrinárias que, como seiva vital da mesma árvore da fé, irrigam a diversidade dos documentos. Outros, porventura mais centrados no fenoménico, ressaltavam as ruturas com o passado, visíveis, por exemplo, na rejeição dos textos preparados pela Cúria e pela Comissão Central do Concílio. Os primeiros davam vivas à doutrina de sempre, exposta com linguagem adaptada

ao nosso tempo; os segundos menosprezavam o filão doutrinal ordenador, para se fixarem na “*perene reforma*” (LG 15 e GS 43) ou na direção incutida: da mesma forma que o Concílio teria cortado com muitas coisas do passado, o futuro teria de continuar a cortar com tudo aquilo que tivesse a ver com a organização que deveria desaparecer ou reduzir-se ao mínimo.

Estas posições têm a ver com uma específica hermenêutica: a da descontinuidade e a da reforma². Aquela acentua a rutura. Dizem que a Igreja teria feito uma involução, já no pontificado de Paulo VI e, muito mais, no de João Paulo II e Bento XVI³. Para esta mentalidade, o que mais conta são apenas os textos que constituem novidade em relação ao passado. Em contrapartida, a hermenêutica da reforma fixa-se na necessária renovação na continuidade da Igreja, dom que o Senhor depositou nas nossas mãos. É consequência do que o convocador do Concílio, o Beato João XXIII, lhe atribuiu: redescobrir a verdade contida na fé e apresenta-la, de modo entendível, à nossa época⁴. Os conteúdos são imutáveis; a forma de transmissão e a linguagem é que são sujeitas às oscilações das mentalidades. Por isso, para esta hermenêutica, pode dizer-se que o melhor fruto do Concílio é o Catecismo da Igreja Católica⁵.

² BENTO XVI – *Discorso alla curia romana in occasione della presentazione degli auguri natalizi* [22/12/2005]. In http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2005/december/documents/hf_ben_xvi_spe_20051222_roman-curia_it.html.

³ Chega-se mesmo a dizer que se “matou” o Concílio. José Comblin, por exemplo, escrevia recentemente: “O Vaticano II ficará na história como uma tentativa de reformar a Igreja depois de uma época histórica de quinze séculos. O seu único defeito foi ter acontecido demasiadamente tarde. [...] Os seus detractores acusaram-no de todos os problemas entretanto surgidos [...] e mataram-no. Mas o Vaticano II continua com um sinal profético. Numa Igreja prisioneira de um passado que não sabe superar, representa uma voz profética. Não conseguiu reformar a Igreja como queria, mas foi um convite a olhar para a frente. Existem ainda poderosos movimentos que pregam o retorno ao passado. Devemos protestar. Para nós, o Vaticano II é Medellín. Também quiseram matar Medellín. Mas Medellín continua como a luz que nos mostra o caminho”. JOSÉ COMBLIN – *Vaticano II, 50 anni dopo*. In <http://www.adistaonline.it/index.php?op=articolo&id=50746>.

⁴ Na Constituição Apostólica com que convoca o Concílio, escreve João XXIII: “O próximo Concílio reúne-se, felizmente, no momento em que a Igreja sente, de modo mais vivo, o desejo de fortificar a sua fé. [...] de promover a santificação dos seus membros, a difusão da verdade revelada, a consolidação das suas estruturas. Será esta demonstração da Igreja [...] que sente o ritmo do tempo e que [...] irradia novas luzes [...], permanecendo, contudo, sempre idêntica a si mesma, fiel à imagem divina impressa no seu rosto pelo Esposo que a ama e protege, Jesus Cristo” (*Humanae salutis*, 7).

⁵ É o que João Paulo II ressalta por alturas da sua promulgação [11/10/1992]: “Guardar o depósito da fé – tal é a missão que o Senhor confiou à Igreja e que ela cumpre em todos os tempos. O Concílio Ecuménico Vaticano II [...] tinha como intenção e finalidade pôr em evidência a missão apostólica e pastoral da Igreja e, fazendo resplandecer a verdade do Evangelho, levar todos os homens a procurar e acolher o amor de Cristo que excede toda a ciência (cf. Ef 3, 19). Ao Concílio, o Papa João XXIII tinha confiado, como tarefa principal, guardar e apresentar melhor o depósito

Esta disputa não terminou. Por vezes, com guerrilhas teológicas acesas. Não admira. A história regista idênticas divisões depois dos grandes Concílios. Bento XVI cita, por exemplo, S. Basílio a respeito do que se verificou a seguir a Niceia. A sua receção foi tão difícil que este santo teólogo, tão admirado que recebeu o epíteto de “Magno”, a compara a uma batalha naval: “O grito rouco daqueles que, pela discórdia, se erguem uns contra os outros, o falatório incompreensível, o rumor confuso dos clamores ininterruptos encheu quase toda a Igreja, falseando, por excesso ou por defeito, a recta doutrina da fé”⁶.

Mas voltemos ao Vaticano II. Paulo VI, no discurso de encerramento, aludia implicitamente à hermenêutica da descontinuidade. Refere as críticas dos que “*suspeitaram que nos homens e nos actos do Concílio tinha dominado, mais do que era justo e com demasiada indulgência, a doutrina do relativismo*” centrada no “*homem fenoménico*”⁷. Tinha presentes, como é fácil de entender, os sectores ditos conservadores que acusavam a Igreja de se ter rendido a três âmbitos típicos da cultura da modernidade: a relação dialo-gante, e não conflitiva, entre a fé e a ciência; a aceitação da autonomia e separação entre a Igreja e o Estado; e a tolerância religiosa com o conseqüente relevo concedido ao ecumenismo. Mas ele mesmo se apressa a colocar devidamente a questão:

«Tudo isto [...] terá, porventura, desviado a Igreja em Concílio para a cultura actual que é toda antropocêntrica? Desviado, não; voltado, sim. [...] Tal interesse deve-se ao carácter pastoral que o Concílio escolheu como programa e deverá reconhecer-se que esse mesmo interesse jamais está separado do interesse religioso mais autêntico. [...] O Concílio debruça-se sobre o homem e sobre a terra, mas eleva-os ao reino de Deus.»⁸

Na mente de Paulo VI, como na dos outros Papas que se seguiram, está, pois, a certeza de que o Concílio não alterou ou esqueceu alguma coisa

precioso da doutrina cristã, para o tornar mais acessível aos fiéis de Cristo e a todos os homens de boa vontade. Portanto, o Concílio não era, em primeiro lugar, para condenar erros da época, mas devia sobretudo empenhar-se em mostrar serenamente a força e a beleza da doutrina da fé. [...] Este Catecismo trará um contributo muito importante àquela obra de renovação de toda a vida eclesial querida e iniciada pelo Concílio Vaticano II” (*Constituição Apostólica «Fidei depositum»*, 1).

⁶ BENTO XVI – *Discorso alla Curia romana in occasione... cit.*

⁷ PAULO VI – Discurso na última sessão pública do Concílio Vaticano II [7/12/1965]. In http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651207_epilogo-concilio_po.html

⁸ ID., *Ibid.*

do depósito da fé, mas se ocupou em o levar ao conhecimento de crenças e não crenças, de acordo com a gramática da nossa época. O Concílio poderá caracterizar-se, portanto, por uma continuidade de fé e princípios e por uma descontinuidade de dados socioculturais e organizacionais, produto dos circunstancialismos históricos. Nesta novidade da continuidade é que se cumpre o «*aggiornamento*» que o caracterizou desde a convocação. E que baliza, ainda hoje, a sua receção: a verdadeira reforma da Igreja exige continuidade de fé e descontinuidade nos aspetos mutáveis e meramente circunstanciais.

2. Fé professada e fé rezada

Mas o objetivo do Concílio não passava apenas pelo anúncio da fé, numa linha mais ou menos intelectualizante. Quis mais: ambicionou que a fé recebida se tornasse fé amada e fé rezada. Que descesse da mente ao coração e regressasse da terra ao Céu. De facto, a modernidade – e muito mais a pós-modernidade – parece caracterizar-se pela afirmação implícita de um «sim» a uma vaga religiosidade e um «não» a Deus. Pelo menos, ao Deus pessoal revelado em Jesus Cristo. Nesta linha, parece-me lógica a afirmação do atual Papa de que o que o Concílio pretendeu foi subordinar o discurso sobre a Igreja ao discurso sobre Deus⁹. O que terá passado despercebido a muitos na receção do Concílio, levando-os a valorizar, isoladamente e não em contexto global, apenas algumas perspetivas eclesiológicas. Por exemplo, a noção da Igreja como “Povo de Deus”, central na Constituição Dogmática *Lumen gentium*, assumida, redutoramente, num horizontalismo que soa a «democracia popular», quando o significado mais profundo nos remete para uma dimensão vertical de um povo que Deus tomou Seu para viver na justiça e na santidade.

Isto é visível no valor desigual concedido aos dezasseis documentos conciliares. O centro é o que se deve crer e celebrar (as quatro Constituições); o derivado é o conjunto das disposições (Decretos e Declarações). Primeiro está a contemplação, depois a ação. De facto, os documentos do Concílio iniciam-se com a Constituição sobre a Liturgia e encerram-se com a Constituição sobre a Igreja no Mundo Contemporâneo. Pelo meio, ficam as Constituições sobre a Igreja e sobre a Palavra de Deus. Para nos dizer que tudo começa por

⁹ JOSEPH RATZINGER – *Intervento al Convegno internazionale sull'attuazione del Concilio Ecumenico Vaticano II. L'ecclésiologia della Costituzione «Lumen gentium»*. In <http://www.paginecattoliche.it/modules.php?name= News&file=article&sid=140>.

um acto de adoração, já que o centro e o cume da vida da Igreja são o louvor de Deus três vezes santo (*Sacrossantum concilium*) e o específico da Igreja é convocar cordialmente todos os homens para esse louvor e essa santidade (*Lumen gentium*). Que é a Palavra de Deus, e não a humana, que convoca a Igreja (*Dei verbum*) e que a glorificação de Deus mediante o cumprimento do Seu plano amoroso tem consequências na vida ativa do homem e da sociedade (*Gaudium et spes*).

Esta visão pode ser confirmada pela resposta a uma pergunta que muitos se fazem: quem melhor tem recebido e aplicado o Concílio? Para além de algumas honrosas exceções – entre nós, destaca-se a ação do Beato Frei Bartolomeu dos Mártires –, quem mais se distinguiu na aplicação de Trento não foram os bispos, mas sim as Congregações religiosas, mormente os Jesuítas e os Dominicanos. E o Vaticano II? Não falta quem ressalte que, também aqui, o que mais se destaca é a ação dos novos movimentos de espiritualidade, com relevo para os leigos: Cursilhos de Cristandade, movimentos como o Oásis, Opus Dei, Focolares, Pentecostais, Caminho Neocatecumenal, Comunhão e Libertação, Arautos do Evangelho, etc. Mesmo os que surgiram antes do Concílio encontraram neste o alento espiritual que os conduziu a um desenvolvimento espantoso¹⁰. Ao contrário, por exemplo, da Ação Católica, que, centrando-se mais na ação, curiosamente, acabaria por definhar. Em África, na Ásia e até na América Latina, algo de semelhante se passa: a expansão da Igreja deve-se muito à figura do «catequista» ou similar, o qual, ao contrário do europeu, não só «dá aulas» de catequese, mas, fundamentalmente, congrega a comunidade para a oração.

De resto, não deixa de ser curioso que o único cisma que se seguiu ao Concílio seja o de Mons. Lefébre. E por motivos de liturgia: é que este viu bem que o centro do Concílio é a fé, concretamente a fé celebrada. E como se convenceu – infantil ou senilmente – que a reforma litúrgica pôs em causa o louvor que a Igreja é chamada a desenvolver, contestou todo o Concílio que daí deriva. Com a sua rebeldia, acaba por nos chamar a atenção para uma verdade fundamental: que o Concílio está, efetivamente, centrado na reconfiguração da vida cristã em Jesus Cristo. Bem ou mal. Para ele, mal. Para nós, bem.

¹⁰ Com esta referência, não me pronuncio se estes novos movimentos «encarnam» ou não as grandes perspectivas conciliares, mas apenas me limito a verificar que todos arrancam de uma específica espiritualidade e todos possuem enorme implantação, especialmente nas áreas tradicionalmente mais «áridas» para a fé.

3. Os grandes documentos magisteriais pós-conciliares

Por tudo isto que se vem dizendo, estou em crer que, para lhe captar a essência, não é possível uma leitura do Concílio baseada nos pequenos detalhes, mas que se impõe assentar na visão global que o informa: é preciso dar relevo ao contexto e ao metatexto e não somente ao texto. É aí que se encontram as três grandes traves-mestras que o perpassam: escuta e difusão da Palavra de Deus, discernimento dos sinais dos tempos e interioridade/santidade de vida¹¹. Nisto se supera o falso binómio da boa/má interpretação do Concílio. Pois este, mais que um debitar de sentenças, normas ou condenações, foi sobretudo um processo de aprender, mediante a escuta do que o Espírito de Deus tem a dizer à Sua Igreja. Por algum motivo, João XXIII não lhe impôs qualquer temática, mas apenas formulou um desejo: que constituísse "*um novo Pentecostes na Igreja*".

Nesta linha, passo a enumerar alguns núcleos mais significativos que o Magistério papal procurou desenvolver neste quase meio século que já nos separa do Concílio. E indico alguns documentos de referência sobre o tema.

3.1 Para uma Igreja orante

A Constituição Dogmática sobre a Igreja, depois de refletir sobre a diversidade dos seus membros em quatro capítulos – precisamente metade do texto –, a todos convoca à santidade. Os títulos desses capítulos são significativos: "*Vocação de todos à santidade na Igreja*", "*Os religiosos [e o testemunho escatológico]*", "*A índole escatológica da Igreja peregrina e a sua união com a Igreja celeste*" e, por fim, "*A Bem-aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus, no mistério de Cristo e da Igreja*". Tudo isto para acentuar a ideia-base: o centro é a santidade, a tarefa de fazer com que no mundo de hoje se reserve um espaço para Deus e que o homem – todo o homem – se deixe habitar por Deus¹².

Curiosamente, quer a nível da reflexão teológica, quer numa certa praxis pastoral, valorizou-se muito a ação, a ministerialidade, a militância, os carismas e as funções laicais, etc., mas nem sempre a mística, a contemplação e a espiritualidade cristãs. Particularmente no referente à Eucaristia: uma certa "protestantização" acentuava mais o aspeto convivial ou fraternal do que a adoração e a contemplação. Mas o Filho de Deus que vem até nós une-se connosco para

¹¹ Cf. CRISTOPH THÉOBALD – *Intervista. Titolo Articolo Lo storico Théobald: recuperare il metodo del Concilio* [24 febbraio 2012]. In <http://www.avvenire.it/Cultura/Pagine/vaticano-Il-sguardo.aspx>.

¹² JOSEPH RATZINGER – *Intervento al Convegno internazionale... cit.*

nos identificarmos com Ele: mais que ágape fraterno, a Eucaristia é memória viva do Senhor, até que Ele venha.

Isto tem-nos sido lembrado em vários momentos. Por exemplo, pelo Sínodo dos Bispos sobre a Eucaristia (outubro de 2005), pelo Ano da Eucaristia (de outubro de 2004 a outubro de 2005), pela Instrução da Congregação do Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos "*Redemptionis Sacramentum, sobre algumas coisas que se devem observar e evitar acerca da Santíssima Eucaristia*" (23 de abril de 2004) e, enfim, pelo relevo dado à Missa e adoração ao Santíssimo nos grandes eventos católicos internacionais, mormente nas Jornadas da Juventude. A nível de textos papais, seria de recordar:

– de Paulo VI:

- Exortação Apostólica *Quinque iam anni* (8/12/1970) [Cinco anos após o Concílio, ressalta a renovação da Igreja a partir de dentro, da santidade];
- Exortação Apostólica *Postrema Sessio* (4/11/1965) [Pedido de orações pelo bom êxito do Concílio];
- Encíclica *Mysterium Fidei* (3/09/1965) [Culto da Sagrada Eucaristia]. – de João Paulo II:
- Carta Apostólica *Mane nobiscum Domine* (7/10/2004) [Ano da Eucaristia];
- Carta Apostólica *Spiritus et Sponsa* (4/12/2003) [no 40.º aniversário da Constituição "Sacrosanctum Concilium" sobre a Sagrada Liturgia];
- Encíclica *Ecclesia de Eucharistia* (17/04/2003) [A Eucaristia na sua relação com a Igreja];
- Carta Apostólica *Misericordia Dei* (2/05/2002) [Celebração da Penitência];
- Carta Apostólica *Dies Domini* (31/05/1998) [Santificação do domingo];
- Carta Apostólica *Vicesimus Quintus Annus* (4/12/1988) [25.º aniversário da Sacrosanctum Concilium – Sagrada Liturgia];
- Encíclica *Dominum et Vivificantem* (18/05/1986) [O Espírito Santo na vida da Igreja e do mundo];
- Exortação Apostólica *Reconciliatio et Paenitentia* (2/12/1984) [Reconciliação e penitência na missão da Igreja];
- Carta Apostólica *Dominicae Cena* (24/02/1980) [O mistério e culto da Eucaristia];

– de Bento XVI:

- Exortação Apostólica *Sacramentum Caritatis* (22/02/2007) [Sobre a Eucaristia fonte e ápice da vida e da missão da Igreja];
- Encíclica *Deus caritas est* (25/12/2005) [Sobre o amor cristão].

3.2 «Ecclesia semper reformanda»

A Igreja dá-se conta de que, não obstante a santidade do Espírito que a habita, contém pecadores no seu seio. Ela é "simultaneamente santa e sempre necessitada de purificação e exercita continuamente a penitência e a renovação" (LG 8). É convidada a fazê-lo transpondo o centro de gravidade: que esse centro não resida em cada um dos fiéis, mas em Deus. Por conseguinte, o centro de gravidade da Igreja não é ela mesma nem a pregação sobre si, mas Deus, em função de quem ela tem de viver. O que supõe a conversão, mormente mediante o Sacramento da Penitência¹³.

Esta centralidade de todos em Jesus Cristo é uma verdadeira experiência de catolicidade e universalidade: a diversidade não se aniquila, mas reequaciona-se e interliga-se pela base. O que gera duas notas típicas do cristianismo: uma espiritualidade não individualista ou pietista, mas de comunhão (comunhão com Jesus Cristo e, por Ele, com os demais); a alegria, ou seja, a certeza de ser e se sentir amado por Deus e de viver na Sua intimidade.

Nossa Senhora e os santos são exemplos – ou "tipo", como se diz em GS 53 – desta Igreja sempre mais resplandecente porque refletora da luz do seu Senhor. Por isso, impressiona o número de documentos solenes que Paulo VI e João Paulo II dedicam a Nossa Senhora. Fazem-no segundo a sã perspectiva conciliar: inserindo a mariologia na cristologia. Da mesma forma que Maria é virgem e mãe, portadora da cruz (da espada de dor da humanidade, profetizada por Simeão) e da glória (do Cristo Salvador glorificado), também a Igreja vive esta tensão de se saber portadora do pecado da história nos seus filhos e destinada à glória onde se encontra a sua Cabeça, "primogénito de muitos irmãos" (Rom 8, 29). Maria, a Mulher do Apocalipse, sintetiza, assim, o mistério da Igreja: a sua mediação entre a antropologia e a cristologia e o mistério de Deus. Como sabiamente o exprimiu o então Prefeito da Congregação da Doutrina da Fé a propósito da terceira parte do chamado "segredo de Fátima"¹⁴. Nesta linha da reconciliação com Deus e dos exemplos propostos, refira-se:

– de Paulo VI:

- Exortação Apostólica *Marialis Cultus* (2/02/1974) [Ordenação do culto mariano];

¹³ Cf BENTO XVI – Discurso por ocasião da troca de votos natalícios com os Cardeais, a Cúria Romana e a Família Pontifícia [22/12/2011]. In http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2011/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20111222_auguri-curia_po.html.

¹⁴ CONGREGAÇÃO DA DOCTRINA DA FÉ, *A Mensagem de Fátima*. Lisboa: Paulinas, 2000, 39-55.

- Exortação Apostólica *Recurrens mensis october* (7/10/1969) [Recomendação do Rosário para obter a verdadeira paz];
- Exortação Apostólica *Signum Magnum* (13/05/1967) [Maria, Mãe da Igreja e modelo de todas as virtudes];
- Exortação Apostólica *Petrum et Paulum Apostolos* (22/02/1967) [XIX centenário do martírio de S. Pedro e S. Paulo: a melhor memória é a fé];
- Encíclica *Christi Matri* (15/09/1966) [O rosário para a verdadeira paz];

– de João Paulo II:

- Carta Apostólica *Rosarium Virginis Mariae* (16/10/2002) [O rosário: contemplar Cristo com Maria];
- Exortação Apostólica *Redemptoris Custos* (15/08/1989) [S. José na vida de Cristo e da Igreja];
- Carta Apostólica *Mulieris Dignitatem* (15/08/1988) [Dignidade e vocação da mulher a propósito do ano mariano];
- *Carta às pessoas consagradas por ocasião do Ano Mariano* (22/05/1988) [Meditar, com Maria, o mistério da vocação à santidade];
- Carta Apostólica *Redemptoris Mater* (25/03/1987) [Maria na vida da Igreja];
- Exortação Apostólica *Reconciliatio et Paenitentia* (2/12/1984) [Reconciliação e penitência na missão da Igreja].

3.3 Princípio da pastoralidade

Uma das dimensões fundamentais do Vaticano II é o relevo concedido à tarefa evangelizadora, dentro e fora dos âmbitos ditos cristãos, não só devido à hodierna secularização, mas também porque aqui se cumpre a tarefa ordenada por Jesus do “*Idé e ensinai*”. Os documentos ressaltam o «princípio da encarnação»: da mesma forma que o Verbo de Deus, ao encarnar, assume os dados de uma cultura e de um tempo, também a fé cristã, de alguma forma, possui ambiência histórica. Quer dizer: deve ser expressa na linguagem do tempo e segundo a pluralidade das culturas. Este carácter missionário da Igreja acentua que todo o povo de Deus é evangelizador. A começar pelos bispos, a quem designa por “*primeiro catequista*” (LG 25; CD 12), “*responsáveis pelo bem de toda a Igreja, em especial das missões*” (LG 23; AG 1), “*coordenadores do apostolado diocesano*” (CD 17), etc.

É um dos aspetos mais ressaltados nos documentos pós-conciliares. De facto, no Ocidente, Deus tornou-se um «problema»: primeiro para a filosofia

e depois para a cultura¹⁵. Por isso, o magistério preocupou-se com expor as razões da fé. Não em atitude polémica, mas dialógica. No confronto com a cultura, os temas recorrentes são fundamentalmente Deus, Jesus Cristo, o homem e sua dignidade, a Igreja e as temáticas sociais, económicas e políticas. Devem ser recordados os seguintes documentos:

– de Paulo VI:

- Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* (8/12/1975) [Evangelização no mundo contemporâneo];
- Exortação Apostólica *Paterna cum benevolentia* (8/12/1974) [Ano Santo. Tarefa da Igreja no mundo];
- Exortação Apostólica *Petrum et Paulum Apostolos* (22/02/1967) [XIX centenário do martírio de S. Pedro e S. Paulo. A melhor memória é a fé];
- Encíclica *Ecclesiam suam* (6/08/1964) [Os caminhos da Igreja];

– de João Paulo II:

- Exortação Apostólica *Pastores Gregis* (16/10/2003) [O Bispo, servidor do Evangelho];
- Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte* (6/01/2001) [Termo do Grande Jubileu do ano 2000];
- Carta Apostólica *Incarnationis Mysterium* (29/11/1998) [Bula de Proclamação do Grande Jubileu do Ano 2000];
- Exortação Apostólica *Une espérance nouvelle pour le Liban* (10/05/1997) [O Líbano e a sua missão];
- Carta Apostólica *Tertio Millennio Adveniente* (10/11/1994) [Preparação do jubileu do ano 2000];
- Encíclica *Redemptoris Missio* (7/12/1990) [Validade permanente do mandato missionário];
- Exortação Apostólica *Christifideles Laici* (30/12/1988) [Vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo];
- Encíclica *Slavorum Apostoli* (2/06/1985) [A obra de evangelização de S. Cirilo e S. Metódio];
- Carta Apostólica *Aperite Portas Redemptori* (6/01/1983) [Bula de Proclamação do Jubileu do 1950 aniversário da Redenção];
- Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae* (16/10/1979) [A catequese do nosso tempo].

¹⁵ Cf. CAMILLO RUINI – La misión de la Iglesia hacia el tercer milenio. In DICCIONARIO ENCICLOPEDICO SAN PABLO, *Cristianismo*. Madrid: San Pablo, 2009, 21-23.

No âmbito deste «princípio de pastoralidade» são de destacar as Exortações referentes aos cinco continentes do mundo: *Ecclesia in Europa* (23/06/2003), *Ecclesia in Oceania* (22/11/2001), *Ecclesia in Asia* (6/11/1999), *Ecclesia in America* (22/01/1999), *Ecclesia in Africa* (14/09/1995) e *Africae munus* (19/11/2011), esta já de Bento XVI.

3.4 Linguagem mais existencial

Se algo caracteriza o homem e o mundo contemporâneos é a contínua mudança ou, para o dizer com palavras do Vaticano II, “a aceleração da história”: “a aceleração da história tornou-se tão rápida que as pessoas dificilmente a podem seguir” (GS 5). Esta mudança, para além de inegáveis progressos que a todos interessam, está também assinalada por divisões e contrastes que geram imenso sofrimento. Se a Igreja sente dificuldades no anúncio do Evangelho nesta sociedade em contínua mutação, intenta ir ao encontro da sua situação concreta e responder-lhe com uma linguagem mais existencial, quase uma «teologia narrativa». Realidades como desenvolvimento integral, comunicações, sofrimento, velhice, infância, situação da mulher, etc., interpelam a Igreja e conduzem-na a este dado: que o anúncio do Evangelho passa também pelo combate a favor do homem e da sua dignidade. Pensemos nas viagens apostólicas de Paulo VI e João Paulo II e no relevo concedido às problemáticas humanas. E pensemos, ainda, nas inúmeras comunicações que este segundo dirigiu aos diversos sectores, fundamentalmente, no contexto do Grande Jubileu do Ano 2000. Como não é possível referi-las aqui, chamo apenas a atenção para os grandes textos.

– de Paulo VI:

- Exortação Apostólica *Gaudete in Domino* (9/05/1975) [A alegria cristã];
- Encíclica *Humanae Vitae* (25/07/1968) [Regulação da natalidade];
- Encíclica *Populorum Progressio* (26/03/1967) [O desenvolvimento dos povos];

– de João Paulo II:

- Exortação Apostólica *O Rápido Desenvolvimento* (24/01/2005) [Força e importância das comunicações sociais];
- Exortação Apostólica *Familiaris Consortio* (22/11/1981) [Função da família cristã no mundo de hoje];
- *Carta aos Anciãos* (1/10/1999) [O idoso, guardião da memória coletiva];

- *Carta aos Artistas* (4/04/1999) [O artista como imagem do Deus Criador];
- Encíclica *Evangelium Vitae* (25/03/1995) [Inviolabilidade da vida humana];
- *Carta às Mulheres* (29/06/1995) [No contexto da Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim];
- *Carta às Crianças* (13/12/1994) [A criança no contexto do Ano da Família];
- *Carta às Famílias* (2/02/1994) [A família como via da Igreja];
- Exortação Apostólica *Dilecti Amici* (31/03/1985) [Ano Internacional da Juventude];
- Exortação Apostólica *Salvifici Doloris* (11/02/1984) [Sentido cristão do sofrimento humano];

3.5 Interligação entre cristologia, eclesiologia e antropologia

Desde a convocatória, ficou muito claro que o objetivo do Concílio, o tal «*aggiornamento*» pretendido por João XXIII, era a imitação mais viva de Cristo, centro da Igreja. Desta forma, pode dizer-se que o Concílio assenta num tripé: Cristo, Igreja, homem. É este homem, portador de “*alegrias e esperanças, de tristezas e angústias*” (GS 1), que no século XX experimenta o mal absoluto, o mal erigido em sistema, mormente com as ideologias totalitárias. E que, por isso, segundo o fio condutor do pensamento de João Paulo II, coloca a questão da salvação e da redenção¹⁶. Muitos procuram-na nos diversos absolutos-de-substituição: progresso científico-técnico, revolução sexual, estética, mobilidade contínua, consumismo, gurus do momento, etc. Entretanto, a Igreja não deixa de proclamar que o único poder que põe limites ao mal é a misericórdia divina¹⁷.

Esta reposição da antropologia na cristologia é transversal a quase todos os documentos eclesiológicos modernos. Parte-se de uma cristologia «de baixo», isto é, da humanidade de Jesus sem O qual não podemos falar

¹⁶ Cf. BENTO XVI – *Discorso alla Curia romana in occasione... cit.*

¹⁷ Num texto não magisterial, João Paulo II referia que o limite do mal, o que vence o poder de todos os males, é o sofrimento de Deus, o sofrimento do Seu Filho na cruz: “O sofrimento de Deus crucificado não é somente uma forma de sofrimento ao lado das outras. Cristo, sofrendo por todos nós, conferiu um novo sentido ao sofrimento, introduziu-o numa nova dimensão, numa nova ordem: a do amor. [...] A paixão de Cristo sobre a cruz deu um sentido radicalmente novo ao sofrimento, transformou-o a partir de dentro. [...] É o sofrimento que queima e consome o mal com a chama do amor. [...] Todo o sofrimento humano, toda a dor, toda a enfermidade encerra em si uma promessa de salvação. [...] O mal existe no mundo também para despertar em nós o amor que é dom de si a quem foi visitado pelo sofrimento. [...] Cristo é Redentor do homem: «Pelos suas chagas fomos curados» (Is 53, 5)”. GIOVANNI PAOLO II, *Memoria e identità*. Milano: Rizzoli, 2005, 78-79.

em salvação, em encontro sanante do homem com Deus. Só o “verdadeiro homem”, Jesus, revela ao homem quem é Deus e revela o homem ao próprio homem. Destacam-se, pela centralidade e relevo concedidos a esta temática, os seguintes textos:

– de Paulo VI:

- Encíclica *Ecclesiam suam* (6/08/1964) [Os caminhos da Igreja];

– de João Paulo II:

- Carta Apostólica *Mulieris Dignitatem* (15/08/1988) [Dignidade e vocação da mulher a propósito do ano mariano];
- Encíclica *Dives in Misericordia* (30/11/1980) [Sobre a divina misericórdia];
- Encíclica *Redemptor Hominis* (4/03/1979) [Início do Ministério Pontifical];

– de Bento XVI:

- Encíclica *Spe salvi* (30/11/2007) [Sobre a esperança cristã].

3.6 A força da verdade e do bem

A cultura do nosso tempo caracteriza-se pelo fim dos grandes relatos e pelo conseqüente pensamento débil. Tudo parece opinativo, sujeito ao livre-arbítrio da vontade. Para mais, a Igreja definiu, em Concílio, a liberdade religiosa e que “a verdade não se impõe de outro modo que não seja pela força da própria verdade” (DH 1). Por isso, poderia parecer que a tolerância equivale a uma cano-nização do relativismo. Melhor: a uma metafísica do relativismo, como se este constituísse a chave hermenêutica para interpretar a cultura e também a fé e vida eclesial.

É verdade que o Vaticano II corrigiu certas relações entre a fé e o pensamento moderno. Mas, como vem a ser dito, esta aparente descontinuidade não pode ser vista como rutura com a fé nem com a grande tradição, mas como aprofundamento da sua íntima natureza e da sua verdadeira identidade¹⁸. Por isso, os dois últimos Papas insistem denodadamente na capacidade de o homem conhecer a verdade de Deus. A liberdade religiosa é o respeito devido à dignidade da consciência pessoal e a resultante da necessidade prática da boa e pacífica convivência humana e não – como já foi dito – negação de que

¹⁸ Cf. MATTHEW LAMB e MATTHEW LEVERING, *Vatican II: Renewal within tradition*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

"a Igreja de Cristo subsiste na Igreja Católica" (LG 8). O que mudou não foi a verdade, mas a compreensão da sua íntima inserção na antropologia. Antigamente, partia-se do pressuposto de que só a verdade – não o erro – possui direitos de cidadania. Como consequência, surgiu a Inquisição para o extirpar. Mas a verdade e o erro não existem de forma quimicamente pura: existem na pessoa. E esta sim, possui direitos, mesmo que se encontre no erro.

Nesta linha, como evangelização da nossa época, foco de contradições, os Papas têm-se socorrido de vários instrumentos para incutir no homem contemporâneo a sua capacidade de atingir a Verdade, o Bem e a Beleza, tudo isto metáforas do nosso Deus. Recordo uma quase-novidade na história dos Papas: a publicação da obra *Jesus de Nazaré* pelo teólogo-Papa Joseph Ratzinger ou mesmo da *Veritatis splendor*, de João Paulo II, uma Encíclica «estranha», pois mais parece a defesa de uma determinada escola teológica ou corrente de teologia do que propriamente um documento magisterial que parta e se fundamente na fé para a desenvolver em doutrina. No primeiro caso, o autor pretende acabar com um falso dogma, veneno corrosivo de toda a teologia: a interpretação liberal da Bíblia; no segundo, a tomada de posição contra o método hermenêutico de determinadas correntes de teologia moral que, ignorando "a sabedoria da cruz de Cristo" (1 Cor 1, 17), ainda que em nome do desejável diálogo com a sociedade secularizada, acabam por diluir o específico cristão.

No relativo a este ponto, para além das grandes intervenções papais, há que referir os documentos emanados pela Congregação da Doutrina da Fé, estrutura do governo da Igreja para formular o sempre necessário juízo sobre a pureza da fé e a justa renovação eclesial.

– da Congregação da Doutrina da fé:

- *Esclarecimento sobre o aborto procurado* (11/07/2009);
- *Instrução Dignitas Personae sobre algumas questões de bioética* (8/12/2008);
- *Respostas a perguntas da Conferência Episcopal dos Estados Unidos sobre a alimentação e hidratação artificiais* (1/08/2007);
- *Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais* (3/06/2003);
- *Nota doutrinal sobre algumas questões relativas à participação e comportamento dos católicos na vida política* (24/11/2002);
- *Instrução sobre a vocação eclesial do teólogo – Donum veritatis* (24/05/1990);
- *Instrução sobre o respeito da vida humana nascente e a dignidade da procriação – Donum vitae* (22/02/1987);

- *Carta sobre a cura pastoral das pessoas homossexuais – Homosexualitatis problema* (1/10/1986);
- *Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação – Libertatis conscientia* (22/03/1986);
- *Instrução sobre alguns aspetos da «Teologia da Libertação» – Libertatis nuntius* (6/08/1984);
- *Declaração sobre a eutanásia – Iura et bona* (5/05/1980);
- *Declaração sobre algumas questões de ética sexual – Persona humana* (29/12/1975);
- *Resposta sobre a esterilização nos hospitais católicos – Quaecumque sterilizatio* (13/03/1975);
- *Declaração sobre o aborto – Quaestio de abortu* (18/11/1974);

– da Pontifícia Comissão Bíblica:

- *Bíblia e moral. Raízes bíblicas do agir cristão* (11/05/2008);

– da Comissão Teológica Internacional:

- *Em busca de uma ética universal: um novo olhar sobre a lei natural* (2009);
- *Dignidade e direitos da pessoa humana* (1983);
- *Teologia, cristologia, antropologia* (1981);
- *Promoção humana e salvação cristã* (1976);
- *A moral cristã e as suas normas* (1974);

– de Paulo VI:

- Exortação Apostólica *Evangelica Testificatio* (29/06/1971) [A renovação da vida religiosa segundo os ensinamentos do Concílio];

– de João Paulo II:

- Exortação Apostólica *Inter Munera Academicarum* (28/01/1999) [Academias Teológicas];
- Encíclica *Fides et Ratio* (14/09/1998) [Relações entre a fé e a razão];
- Exortação Apostólica *Orientalis Lumen* (2/05/1995) [Riqueza espiritual das Igrejas do Oriente];
- Encíclica *Veritatis Splendor* (6/08/1993) [Ensino moral da Igreja];

– de Bento XVI:

- Encíclica *Caritas in veritate* (29/06/2009) [Sobre o amor cristão];
- Exortação Apostólica Pós-sinodal *Verbum Domini* (30/09/2010) [Sobre a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja].

3.7 Enfoque no bom agir humano

No seguimento do ponto anterior, chama a atenção o relevo concedido à situação de vida das pessoas concretas. São estas que o Concílio tem presente quando declara: "O homem será o fulcro de toda a nossa exposição, o homem na sua unidade e integridade: corpo e alma, coração e consciência, inteligência e vontade" (GS 3). O Concílio serve o homem quer com a clarividência da racionalidade iluminada pela fé, quer pela proposta do modelo ou protótipo que é Jesus Cristo. O que quer dizer que o Concílio serve o homem pela exposição do dever-ser ou da moral.

De facto, a moral cristã apresenta-se com a pretensão de uma plausibilidade universal. Mas, para isso, não pode seguir exclusivamente por determinadas vias: nem pela da especulação que os antigos manuais faziam à base do direito natural; nem pela de uma racionalidade autónoma que conduza ao mais completo subjetivismo; como nem sequer pode seguir o caminho de um fundamentalismo bíblico, como se a Sagrada Escritura fosse um receituário de soluções. Para o Concílio, o cerne do agir sensato e o motivo impulsionador do operar moral é a salvação acontecida em Jesus Cristo¹⁹.

Nesta linha, creio que o Magistério pós-conciliar tentou e intenta uma forte conexão entre cristologia, antropologia e agir moral, que supera quer o positivismo normativo, típico de outras eras, quer a irrelevância da fé cristã para a edificação de um mundo mais justo e fraterno, grande acusação da modernidade ao cristianismo. De entre os documentos magisteriais, cito:

– de Paulo VI:

- Encíclica *Populorum Progressio* (26/03/1967) [O desenvolvimento dos povos];

– de João Paulo II:

- Encíclica *Fides et Ratio* (14/09/1998) [Relações entre a fé e a razão];
- Encíclica *Veritatis Splendor* (6/08/1993) [Ensino moral da Igreja];
- Encíclica *Centesimus Annus* (1/05/1991) [Centenário da *Rerum Novarum*];
- Encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* (30/12/1987) [20.º Aniversário da *Populorum progressio*];
- Encíclica *Laborem Exercens* (14/09/1981) [90.º Aniversário da *Rerum novarum*];

¹⁹ Cf. KLAUS DEMMER – *Cristologia-Antropologia-Teologia Morale*. In RENÉ LATOURELLE, *cit.*, 1035-1048.

– de Bento XVI:

- Encíclica *Caritas in veritate* (20/06/2009) [Desenvolvimento humano integral];
- Encíclica *Deus caritas est* (25/12/2005) [Sobre o amor cristão].

3.8 A indispensável renovação das vocações de especial consagração

Sabemos bem do relevo concedido a todo o Povo de Deus pelo Concílio. Mas isso não permite que se menosprezem as vocações ditas de especial consagração, objeto expresso de vários documentos: *Christus Dominus*, *Perfectae Caritatis*, *Optatum Totius*, *Ad Gentes*, *Presbyterorum Ordinis*. Pelo seu estilo de vida, estes vocacionados como que exprimem mais existencialmente a razão de ser da Igreja: como Cristo, de quem é Corpo, colocam-se ao serviço do mundo para promover a salvação integral do homem²⁰. Por isso, o seu estilo de vida tem de testemunhar mais a Cristo, verbo Encarnado no qual o Pai amou e salvou o mundo. E que revela o homem ao próprio homem e lhe mostra a sua altíssima vocação: a eterna.

Curiosamente, a dissensão mais notória em relação à Igreja e, em última análise, ao Concílio, aconteceu mais entre religiosos e algum clero. Daqui a contínua tentativa do magistério papal de fazer ver que o «*aggiornamento*» não é rutura com o passado e, muito menos, com a doutrina da Igreja, mas o crescimento do verdadeiro espírito evangélico e a recondução da Igreja ao seu verdadeiro núcleo fundante: a santidade de Jesus Cristo e a contínua assistência do Espírito Santo²¹. Para além das intervenções das Congregações do Clero, dos Institutos de vida Consagrada, dos Bispos, do Culto Divino e da Doutrina da Fé – esta quase sempre vista com desconfiança, quer pela história do seu antecedente «Santo Ofício», quer pelas necessárias frequentes condenações dos erros – destaco:

– da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada:

- *O serviço da autoridade e a obediência* (11/05/2008);
- *Partir de Cristo – Renovação da Vida Consagrada* (14/06/2002);
- *Verbi Sponsa* (13/05/1999) [A vida contemplativa e a clausura das monjas];
- *A Vida Fraterna em Comunidade* (1994);

²⁰ Cf. GIOVANNI PAOLO II – *Discorso a conclusione della II assemblea straordinaria del Sinodo dei Vescovi* [7/12/1985]. In http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1985/december/documents/hf_jp-ii_spe_19851207_sinodo-vescovi_it.html.

²¹ Cf. VINCENZO CARBONE – *Il Concilio Vaticano II: luce per la Chiesa e per il mondo moderno*. http://www.vatican.va/jubilee_2000/magazine/documents/ju_mag_01051997_p-21_it.html

- *Elementos Essenciais do Ensino da Igreja sobre a Vida Religiosa* (1983);
- *A dimensão contemplativa da Vida Religiosa* (1980);

– da Congregação do Clero:

- *A Eucaristia e o Sacerdote estão inseparavelmente unidos pelo amor de Deus* (27/06/2003);
- *O presbítero, pastor e guia da comunidade paroquial* (4/08/2002);
- *O Presbítero e o Terceiro Milénio Cristão* (19/03/1999);
- *Diretório para o Ministério e a Vida dos Presbíteros* (31/01/1994);
- *Inter Ea – Instrução e formação permanente do Clero* (4/11/1969);

– de Paulo VI:

- Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* (24/06/1967) [Valor do celibato sacerdotal];

– de João Paulo II:

- Exortação Apostólica *Pastores Gregis* (16/10/2003) [O Bispo, servidor do Evangelho];
- Exortação Apostólica *Vita Consecrata* (25/03/1996) [Vida consagrada e sua missão na Igreja e no mundo];
- Encíclica *Ut Unum Sint* (25/05/1995) [Sobre o empenho ecuménico];
- Carta Apostólica *Ordinatio Sacerdotalis* (22/05/1994) [Ordenação sacerdotal reservada somente a homens];
- Exortação Apostólica *Pastores Dabo Vobis* (25/03/1992) [Sobre a formação dos sacerdotes];
- *Carta às pessoas consagradas por ocasião do Ano Mariano* (22/05/1988);
- Exortação Apostólica *Redemptionis Donum* (25/03/1984) [Consagração dos religiosos à luz do mistério da Redenção].

4. O Concílio e o futuro

Na última sessão pública, Paulo VI parecia intuir os tempos de forte mudança que se avizinhavam. E confiou à Igreja, de alguma forma, o prolongamento do Concílio, mormente com esse «instrumento» redescoberto que é o Sínodo dos Bispos. Apenas impõe uma condição: a fidelidade ao espírito conciliar. O Vaticano II é, portanto, um Concílio aberto e não fechado. Por conseguinte, é da sua própria dinâmica o contínuo repensar das problemáticas da fé e da vida eclesial, particularmente quando confrontadas com novas situações da história e da cultura:

«Se não poucas questões, suscitadas no decurso do próprio Concílio, continuam à espera de conveniente resposta, isso indica que os seus trabalhos não se encerram no cansaço, mas na vitalidade que se revelou neste Santo Sínodo e que no período pós-conciliar, com a ajuda de Deus, dirigirá a tais questões as suas generosas e ordenadas energias.»²²

Nesta linha, creio que os pressupostos já estão lançados. Importa dar-lhes seguimento. O Concílio foi providencial para a renovação da Igreja. Foi o maior dom que o Espírito de Deus nos concedeu nestes tempos recentes. E este dom já frutificou em inúmeras graças e realizações que importa desenvolver, aprofundar e estruturar, como acentuam os documentos magisteriais sumariamente referidos. De todos os dons já obtidos e que constituem outras tantas tarefas, ressalto²³:

- **Retorno à Bíblia.** A *Dei Verbum* foi e é determinante. A perspectiva bíblica entrou na liturgia renovada, nos cânticos litúrgicos, na pregação, na catequese infantil e, fundamentalmente, na de adultos, mediante os grupos bíblicos. Importa acentuar esta dinâmica.
- **Valorização da ministerialidade do Povo de Deus.** Onde os leigos assumiram ministérios no âmbito da evangelização, da liturgia e da caridade, mais se ressaltou a importância do sacerdócio. A ministerialidade do sacerdócio comum dos fiéis está a ser recuperada em plena harmonia com o sacerdócio ordenado. O mesmo se diga do Diaconado Permanente.
- **Opção preferencial pelos pobres.** A «Igreja dos pobres» tornou-se, na realidade pós-conciliar, algo assumido com naturalidade. Sem exclusivismos de classe, obviamente. João Paulo II trouxe para o interior da Doutrina Social da Igreja a expressão da qual se tinha medo, devido ao contexto do seu aparecimento no seio da teologia da libertação. Não obstante, a teologia tem de ser repensada mais a partir deste prisma e não tanto como faz uma certa teologia «burguesa» ocidental, que, para o diálogo com a pós-modernidade, se fixa na pessoa e sua autonomia.
- **Igreja servidora do mundo.** Esta perspectiva, presente nos Padres conciliares desde o primeiro momento, conquista cada vez mais as mentes crentes à medida que avança o fenómeno da indiferença religiosa ou do abandono da fé. A Igreja dá-se conta de que não está no mundo como

²² PAULO VI – *Discurso na última sessão pública... cit.*

²³ Cf. BARTOLOMEO SORGE, *La traversata. La Chiesa dal Vaticano II a oggi*. Milano: Mondadori, 2010. Cf. também JOSÉ COMBLIN – Vaticano II, *cit.*

força que pretenda sobrepor-se às diversas instituições, mas como servidora e induzidora do «espírito» de serviço.

- **Valor do ecumenismo.** Não obstante as dificuldades e os reveses inerentes aos circunstancialismo históricos, a perspectiva ecuménica é hoje aceite com muita naturalidade. A tentativa de ultrapassar as divisões e mal-entendidos acontece a todos os níveis: por Comissões mandatadas pelas mais altas estruturas da Igreja e pelo diálogo local.
- **Abertura entre religiões e pensamento não religioso.** É notório. Pense-se nas várias visitas dos Papas a sinagogas e mesquitas e estruturas para o diálogo com os não crentes como, por exemplo, o recente «Átrio dos Gentios». Mesmo nas Jornadas, Simpósios, Congressos, etc., promovidos aos mais diversos níveis do catolicismo, é quase impossível não encontrar... agnósticos ou ateus como oradores.
- **Reforma litúrgica.** Obviamente, este é o aspeto com mais saldo positivo. A liturgia adquiriu simplicidade, fundamento escriturístico e uma linguagem mais compreensível. Os sacramentos, mormente o Batismo e o Matrimónio, passaram a ser mais preparados. Não obstante, a liturgia sofre imensas agressões: dos pseudoprogressistas que lhe retiram o cunho de transcendência, e dos conservadores, que a pretendem voltar a mumificar.

Conclusão

Nas páginas anteriores, cingi-me a «grandes documentos do Magistério». Grandes, mas não únicos. Há uma plêiade de outros que não desmerecem da importância. De forma especial, as «Mensagens»: para os tempos litúrgicos (Advento e Quaresma), a sectores intra-ecliais (Vocações e Missões), para específicos dias mundiais (Paz, Doentes, Juventude, Comunicações Sociais), etc. Creio que jamais, na história da Igreja, houve tanta produção de documentos. Apenas um pontificado se lhe pode comparar: o de Leão XIII e sua tentativa de «restaurar» a vida interna da Igreja e sua inserção na cena internacional por intermédio de um «corpus» doutrinal sólido.

Naquilo que constitui o objetivo deste trabalho, creio que se venceu que o Concílio e o Magistério que se lhe seguiu preocuparam-se, fundamentalmente, com refontalizar a Igreja e centrá-la na pureza da fé de sempre. É que ela, como diria Paulo VI, recebeu de Jesus Cristo mandato de “levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade e, pelo seu influxo, transformá-las a partir de dentro e tomar nova a própria humanidade” (Evangelii nuntiandi 18). Para isso, é necessário que a Igreja fale a linguagem que todos entendam. Uma

linguagem mais histórica, encarnada, experiencial, narrativa²⁴. É quanto pede o Concílio, que formulou o desejo de se “escutar atentamente, compreender e interpretar os vários modos de falar do nosso tempo” (GS 44). Devemos aos Padres conciliares esta docilidade ao Espírito, sinal da sua generosidade e grandeza de alma.

De facto, como reconheceria Paulo VI, nos anos sessenta, a Igreja experimentou “uma necessidade generosa e quase impaciente de renovação” (*Ecclesiam suam*, 8). E hoje? Poderíamos voltar ao imobilismo? Obviamente que não. A reforma da Igreja é para prosseguir. Mas em que consiste a reforma da Igreja? Diz-nos o atual Papa que a reforma da Igreja passa pela vitalidade da fé:

«Levanta-se, no centro da disputa, a questão: O que é uma reforma da Igreja? Como se realiza? Quais são os caminhos e objectivos? É com preocupação que fiéis crentes, e não só, notam como as pessoas que frequentam regularmente a Igreja se vão tornando sempre mais idosas e o seu número diminui continuamente; notam como se verifica uma estagnação nas vocações ao sacerdócio; como crescem o cepticismo e a descrença. Então que devemos fazer? Existem discussões sem fim a propósito do que se deve fazer para haver uma inversão de tendência. E certamente é preciso fazer tantas coisas; mas o fazer, por si só, não resolve o problema. O cerne da crise da Igreja na Europa, é a crise da fé. Se não encontrarmos uma resposta para esta crise, ou seja, se a fé não ganhar de novo vitalidade, tornando-se uma convicção profunda e uma força real graças ao encontro com Jesus Cristo, permanecerão ineficazes todas as outras reformas.»²⁵

Perante o Concílio, nem se pode rejeitar a renovação nem radicalizá-la. A verdadeira situação consiste em dar-lhe continuidade. Até porque, não obstante tudo, nem é possível voltar para trás nem fugir para a frente. A verdade da fé liga-se, irrevogavelmente, à história. É aí que se verifica a resposta do homem ao amor salvador com que Deus o envolve. Por isso, rejeitar a

²⁴ Escreve um pastoralista contemporâneo: “Sob o impulso do Concílio Vaticano II, os teólogos tomaram sempre cada vez mais consciência da história e das histórias das pessoas, como o lugar próprio da revelação salvífica de Deus e de uma fé atenta às suas expressões. As experiências de fé das pessoas e as relações pastorais que as sustentam são um «lugar teológico» no qual Deus ainda hoje narra o seu amor e nós fazemos tentativas sempre novas de podê-lo narrar”. LUCIANO SANDRIN, *Accanto a chi soffre. Il prete ministro disperanza*. Assisi: Cittadella, 2011, 13.

²⁵ BENTO XVI, Discurso por ocasião de troca de votos natalícios com os cardeais, a Cúria romana e a família pontifícia. In http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2011/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20111222_auguri-curia_po.html.

continuidade da compreensão da fé e da vida eclesial seria o mesmo que rejeitar a própria fé e a própria Igreja²⁶. Passada a fase da aplicação institucional do Concílio – reforma da Cúria, momento do Santo Ofício – e da síntese teológica, especialmente com o Sínodo de 1985, que ressaltou o princípio da «Igreja comunhão», falta completar o processo com a serenidade que a distância de quase meio século já concede.

Estaremos em condições de o fazer?

²⁶ "É assim que esta verdade conhece um desenvolvimento histórico na Tradição; o cristianismo é, na realidade, a síntese realizada em Jesus Cristo da fé de Israel e do espírito grego; a ortodoxia continua a ser o quadro indispensável para uma legítima ortopraxis. A teoria sem praxis fica, evidentemente, vã e esquece o núcleo da fé cristã: o amor que provém da graça". AGOSTINO MARCHE'TTO – *L'interpretazione teológica del Vaticano II. Autorità e autorevolezza*. In <http://www.osservatoreromano.va/portal/dt?JSPTabContainer.setSelected=JSPTabContainer%2FDetail&last=false=&path=/news/cultura/2012/027q12-Autorit--e-autorevolezza.html&title=Autorit%C3%A0%20e%20autorevolezza&locale=it>.